

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA ABASTACIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º DE 2004
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)**

Requer a realização de audiência pública com a Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e dos Presidentes das Comissões Nacionais de Assuntos Fundiários, Sr. Willian Koury, Assuntos Indígenas, Leônicio Brito, de Meio Ambiente, Sr. Assuero Veronez e da Comissão de Assuntos Trabalhistas da CNA, Sr. Rodolfo Tavares, para discutirmos sobre as denúncias de descumprimentos e abuso da legislação vigente, apresentadas durante o evento “Encontro de Lideranças e Produtores Rurais, ocorrido na sede da CNA em 13 de abril de 2004”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, reunião de audiência pública com a Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, e dos Presidentes das suas Comissões Nacionais acima citadas, para discutirmos sobre aspectos relevantes de descumprimento e abusos da legislação vigente por pessoas e órgãos governamentais que atuam nas áreas de desenvolvimento rural e fundiário no Brasil.

Solicito a aprovação do presente requerimento devido ao fato de que a comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural têm interesse de que a matéria seja tratada por instâncias decisórias governamentais competentes e pelo poder legislativo, a fim de evitar que interpretações equivocadas (ou mal intencionadas) da lei prejudiquem o desenvolvimento rural brasileiro.

Sala da Comissão, em de de 2004.

LUIS CARLOS HEINZE
Deputado Federal – PP/RS

JUSTIFICATIVA

A crescente onda de invasões de terras produtivas por movimentos chamados sociais (MST e outros), abusos por parte de antropólogos e interesses internacionais no trato das demarcações de terras indígenas e a inoperância da Funai, bem como de práticas abusivas da fiscalização trabalhista e interpretação equivocada da legislação ambiental, são fatos que têm trazido prejuízos e insegurança para aumentar investimentos dos produtores rurais e intranquilidade de pessoas ligadas aos negócios rurais, tais como a agricultura pecuária e outras atividades ligadas à chamada cadeia do agronegócio, tais como as agroindústrias de papel e celulose, couro e calçados, alimentos, entre outras.

O processo de negociação entre as autoridades e os agentes causadores desta intranquilidade nacional, que já chega a chamar a atenção de toda sociedade urbana, não tem sido suficiente para devolver a paz para aqueles que buscam o desenvolvimento econômico e social no campo, dentro da lei e do estado democrático. Segundo podê-se acompanhar diariamente pelas notícias dos jornais e noticiários televisivos, não existe por parte do governo uma expressão clara de que alguma ação para conter os irreparáveis danos sociais que aconteceram recentemente tenha sido tomada (entre eles a morte de 29 pessoas envolvidas com o tráfico de diamantes retirados de terras indígenas com o conhecimento de funcionários públicos federais).

A participação do setor privado em tais discussões, representado pela CNA (principal instituição ligada ao setor rural), não tem por objetivo a fiscalização e tampouco tomar medidas que visem coibir tais abusos, pois esta é uma função básica de responsabilidade policial do estado. No entanto, a CNA através de suas Comissões Temáticas Nacionais, realizou recentemente um evento chamado "Encontro de Lideranças e Produtores Rurais", onde foram apresentadas várias denúncias de descumprimento e interpretação ilegal da lei por parte de órgãos como o Incra, Ibama e Funai, que são os órgãos responsáveis para garantir a tranquilidade no campo e garantir a justiça social no cumprimento da lei.

Dentre as denúncias apresentadas constam a irregularidade no cálculo de produtividade e definição do tamanho de propriedades rurais, causando assim uma onda de desapropriações de terras produtivas, inúmeras irregularidades de autuações em propriedades rurais por parte de auditores fiscais do Ministério do Trabalho a partir de normas não aplicáveis ao setor rural que é regido por normas regulamentadoras rurais especiais que são constantemente desconsideradas pelos fiscais, da inexecutabilidade da aplicação dos conceitos de reserva legal ambiental de 80% da área total do imóvel na região da Amazônia Legal e também da irresponsabilidade da Funai no tratamento de questões indígenas que culminaram em mortes e conflitos em várias regiões do País.

Sala das Comissões, de abril de 2004

Deputado Luiz Carlos Heinze
Deputado Federal – PPB/RS